

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UniCEUB
FACULDADE DE CIÊNCIA DE EDUCAÇÃO – FACE
CURSO PEDAGOGIA – FORMAÇÃO DE PROFESSORES
PARA AS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
PROJETO PROFESSOR NOTA 10**

**KEILA KARLA DE OLIVEIRA LUCENA
PAULA AUGUSTO DA SILVA
REINALDO DE OLIVEIRA MARQUES
SILVIA REGINA NUNES LEITE
TÂNIA VERAS AGUIAR**

COMPREENDENDO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Brasília, 2005.

**KEILA KARLA DE OLIVEIRA LUCENA
PAULA AUGUSTO DA SILVA
REINALDO DE OLIVEIRA MARQUES
SILVIA REGINA NUNES LEITE
TÂNIA VERAS AGUIAR**

COMPREENDENDO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

**Monografia apresentado ao
Curso de Pedagogia –
Formação de Professores para
as Séries Iniciais do Ensino
Fundamental – Projeto
Professor Nota 10, da
Faculdade de Ciências da
Educação – FACE – do
Centro Universitário de
Brasília – UniCEUB, Como
parte das exigências para
Conclusão da disciplina
Monografia.**

**I. Orientadora:
Ciomara Schneider**

Brasília, 2005.

Dedicamos esta monografia
aos alunos Bia e Roberto
que foram estímulos e nos inspiraram e
impulsionaram a buscar novos conhecimentos
e a realizar este trabalho tão gratificante.

AGRADECIMENTOS

À nossa orientadora Professora Ciomara Scheneider, pelo incentivo, simpatia e disposição no auxílio às atividades e discussões sobre o andamento e normatização desta Monografia, também pelo seu espírito inovador na tarefa de propagar seus conhecimentos.

Às nossas famílias, pela paciência em se privar de nossa companhia.

A Deus, pela oportunidade e pelo privilégio que nos foram dados em compartilhar tamanha experiência.

BEM-VINDO À HOLANDA!
(POR EMILY PERL KNISLEY, 1897)

Ter um bebê é como planejar uma fabulosa viagem de férias – para a ITÁLIA! Você compra um monte de guias e faz planos maravilhosos! O Coliseu, o Davi de Michelangelo, as gôndolas em Veneza. Você pode até aprender algumas frases em italiano, é tudo muito excitante. Após meses de preparo, finalmente chega o grande dia! Você arruma suas malas e embarca, algumas horas depois você aterrissa. O comissário de bordo chega e diz?

- Bem-vindo à HOLANDA!

- Holanda?! – diz você – o que quer dizer com Holanda?? Eu escolhi a Itália. Eu devia ter chegado à Itália. Toda a minha vida eu sonhei em conhecer a Itália.

Mas houve uma mudança de plano de vôo. Eles aterrissaram na Holanda e é lá que você deve ficar. A coisa mais importante é que eles não levaram você a um lugar horrível, desagradável, cheio de pestilência, fome e doença. É apenas um lugar diferente. Então você deve sair e comprar novos guias. Deve aprender uma nova linguagem. E você irá encontrar todo um grupo de pessoas que nunca encontrou antes.

É apenas um lugar diferente. É mais baixo e menos ensolarado que a Itália, mas após alguns minutos, você pode respirar fundo e olhar ao redor, começar a notar que a Holanda tem moinhos de vento, tulipas e até Rembrandt e Van Gogh.

Mas, todos que você conhece estão ocupados indo e vindo da Itália, estão sempre comentando sobre o tempo maravilhoso que passam lá. E por toda a vida, você dirá:

- Sim, era onde eu deveria estar. Era tudo o que eu havia planejado.

E a dor que isso causa nunca, nunca irá embora. Porque a perda desse sonho é uma perda extremamente significativa.

Porém, se você passar a sua vida toda remoendo o fato de não ter chegado à Itália, nunca estará livre para apreciar as coisas belas e muito especiais sobre a Holanda.

RESUMO

A monografia objetiva mostrar como está sendo processada a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais, no Sistema de Público de Ensino do Distrito Federal. Enfoca também, as Políticas públicas estabelecidas para tal fim e analisando como elas estão sendo incorporadas pelas comunidades escolares pertinentes à rede Oficial.

A escola pública deve estar consciente do seu papel de desenvolvimento da educação como ação participativa, integradora da família, da comunidade, na conquista da esperança de se produzir educação para a vida, como meio de projeção e crescimento humano, de transformação dessa realidade de ruptura, de fragmentação e desagregação.

Visa ainda mostrar que a importância desse estudo decorre do fato de que ele poderá contribuir para levar a informação do processo de inclusão diagnosticado para outros leitores e, quem sabe, possa ele servir de base para o desenvolvimento de vivências processuais diversas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

08

CAPÍTULO I

1.1. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	09
1.2. CONCEITO E ANÁLISE DA ESCOLA INCLUSIVA	11
1.3. NOVAS FORMAS DE ATUAÇÃO DO PROFESSOR	11
1.4. ATUAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	14
 CAPÍTULO II	
2.1. AJUSTES E ADAPTAÇÕES DO CURRÍCULO	16
2.2. DIFICULDADES ENCONTRADAS NO ENSINO-APRENDIZAGEM	21
 CAPÍTULO III	
3.1. RELATO DE EXPERIÊNCIA I	25
3.2. RELATO DE EXPERIÊNCIA II	28
3.3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS	34
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	41
 ANEXOS	

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva promove a aprendizagem e atende as necessidades educacionais dos alunos especiais e neste contexto, as escolas inclusivas propõem um modo de se constituir o sistema educacional que leva em conta as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função destas.

Segundo Mantoan (1987), "... a inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apóia a todos". (MANTOAN, 1987, p.121).

Sendo uma questão de respeito ao direito à educação, o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais deve estar baseado em princípios diversos e universais, com a preservação da dignidade humana, a busca de identidade e o exercício pleno da cidadania. Tais necessidades são definidas e identificadas na relação concreta entre o educando e a educação escolar.

Como a política de educação de alunos que apresentam necessidades especiais na rede regular, demanda não apenas sua matrícula de permanência física junto com aqueles considerados "normais", mas também representa a possibilidade de rever concepções e paradigmas, tendo-se profundo respeito por suas diferenças. Atender as diferenças implica ressignificar o olhar da escola pensando-se não a adaptação do aluno, mas a adaptação do contexto escolar aos mesmos.

Devido a uma inquietação constante do professor em sala e da preocupação da comunidade escolar, percebe-se grande dificuldade em desenvolver um bom trabalho pedagógico, em relação a alguns alunos com necessidades especiais ou distúrbios de aprendizagem.

Peter Mittler, em um artigo na revista Pátio (nº 20, 2002), apresenta dados da realidade mundial que enunciam algumas das facetas do tema da exclusão social no que tange à educação [...], apenas cerca de 1% dos

deficientes físicos freqüentam algum tipo de escola na maioria dos países em desenvolvimento.

Pretende-se, assim, investigar a melhor maneira para possibilitar a integração do aluno no processo ensino-aprendizagem.

O objetivo do trabalho, de modo geral, é buscar respostas para propiciar aos professores novas alternativas no sentido de implementar formas mais adequadas de trabalho com alunos com necessidades educativas especiais.

De forma específica, os objetivos visam conceituar e analisar criticamente o processo de construção da escola inclusiva como elemento fundamental para a garantia de uma maior igualdade de oportunidades a todos os aspectos importantes para a formação e atuação do professor nessa realidade.

As particularidades dos alunos remetem a necessidade de fazer ajustes e adaptações no currículo através de estudo do tema selecionado com pesquisas descritivas e qualitativas; levantar possíveis alternativas de trabalho; buscar na bibliografia, pontos específicos que designam as dificuldades encontradas no processo de aprendizagem; fazer correlação entre realidade dos portadores de necessidades especiais, suas dificuldades e a atuação das políticas públicas voltadas para a criação de espaços inclusivos e na capacitação do professor.

Uma aprendizagem livre procura compreender, de forma crítica, a diversidade em busca de entendimento da heterogeneidade, as diferenças individuais e coletivas com inclusão bem sucedida onde o afeto faz parte da relação humana.

CAPÍTULO I

1.1. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O problema da inclusão de pessoas portadoras de algum tipo de deficiência é uma questão que vem sendo abordada já há bastante tempo. Segundo Silva (1987), “na antiguidade pode se observar basicamente dois

tipos de atitudes para com as pessoas doentes, idosas e com necessidades educacionais especiais: uma atitude de aceitação, tolerância, apoio e assimilação e uma outra de eliminação, menosprezo ou destruição”. Contudo, as pessoas portadoras de necessidade especiais, ou os **deficientes** como eram chamadas num passado não tão distante, têm sido alvo de discriminação, menosprezo e maus tratos. O processo para criar a chamada Educação Inclusiva no Brasil é muito recente. As primeiras foram criadas a partir de 1854 e somente com o retorno de profissionais que voltaram da Europa é que o paradigma do atendimento aos portadores de deficiência começou a ser modernizado. De acordo com Januzzi (1985), foi instalado, em 1912, o Laboratório de Pedagogia Experimental ou Gabinete de Psicologia Experimental, na Escola Normal de São Paulo. Esta prática traduziu-se em novas atitudes governamentais voltadas para o ensino e a permanência de alunos com comportamentos de ordem física ou mental.

Durante as décadas que precederam a Declaração de Salamanca (julho/94) as tentativas de mudanças sempre estiveram às vontades e interpretações políticas. O entendimento de que era **necessidade especial** passou a ser objeto de pesquisa. É importante ressaltar que, de acordo com Santos Filho (1977) não houve uma política de saúde no Brasil que date de seu descobrimento até o ano de 1850. Então, não é de se admirar que tenha se passado tanto tempo para que fossem desenvolvidas políticas públicas capazes de, ao menos, atenuar a situação vexatória desta parcela da população de excluídos.

Os parâmetros Curriculares Nacionais (1997) constituem referências válidas para guiar para a educação de alunos com necessidades especiais e também para todos os demais alunos. Isto reflete o atual posicionamento da sociedade mundial e, também da brasileira perante os portadores de necessidades especiais, pois ao invés de excluir, a legislação busca integrar e incluir todos sob o mesmo signo do contexto sócio-escolar quer seja o aluno dito normal, quer sejam os portadores de necessidades especiais.

1.2. CONCEITO E ANÁLISE DA ESCOLA INCLUSIVA

Na escola Inclusiva o processo educativo deve ser entendido como um processo social, onde todas as crianças com necessidades educacionais especiais e com distúrbios de aprendizagem, têm o direito à escolarização o mais próximo possível do normal.

O alvo a ser alcançado é a integração da criança com deficiência na comunidade. Uma Escola Inclusiva deve ser uma escola líder em relação às demais. Ela se apresenta como a vanguarda do processo educacional.

O seu objetivo principal é fazer com que a escola atue através de todos os seus escalões para possibilitar a integração das crianças que dela fazem parte.

A Escola Inclusiva responsável leva em consideração a adaptação tanto pedagógica de forma gradativa, quanto contínua, sistemática e planejada de pessoas com necessidades educacionais especiais, possibilitando que os limites dos educandos com necessidades especiais sejam reconhecidos.

Examinar também de forma cuidadosa os limites da escola pública, analisando a forma possível para que isso se torne benefício para os educandos com necessidades educacionais especiais.

1.3. NOVAS FORMAS DE ATUAÇÃO DO PROFESSOR

A prática da inclusão vem da década de 80, porém, consolidada nos anos 90 após a Declaração de Salamanca, segue o modelo social da deficiência, segundo o qual nossa função é modificar a sociedade escolas, empresas, programas, serviços e ambientes físicos.

Não funciona como um sistema paralelo, mas como parte integrante do portador de necessidades especiais. Hoje no Brasil vem precedida de uma série de discussões a respeito do que seria a Inclusão; o sistema de ensino tem buscado se adaptar a novas realidades não só incluindo a deficiência no sistema regular de ensino, mas também criar uma nova realidade.

Deve existir uma preparação do corpo pedagógico dissolvendo as resistências e os preconceitos. Segundo Kumura (1973), referindo-se as condições ideais de aprendizagem, “estamos agora em situação para compreender os fatores atípicos e desviantes do mesmo processo, no âmbito da inclusão, mas para isso teremos que equacionar o conceito e as suas múltiplas e controversas perspectivas”. (KUMURA, 1973, p.34).

É preciso acabar com a situação humilhante e desumana de impor normas de rendimento, dando sim um alicerce educacional. A questão de futuro é a educação máxima do potencial intelectual de todo o cidadão que por definição só o é quando integrado social e humanamente.

O enfoque da escola inclusiva visa em primeira instância, defender o direito à educação e à reabilitação que cabe a todos os seres humanos. Permitindo aprender e reaprender novas aquisições, novas competências e novas atitudes.

Uma nova concepção extremamente abrangente de escola inclusiva é a aproximação do ensino regular e o especial na medida em que esta nova definição implica que potencialmente todos nós possuímos ou podemos possuir temporária ou permanentemente necessidades educacionais especiais.

Muitas são as dificuldades que a sociedade tem em lidar com a pessoa com necessidades educacionais especiais, e ainda nos dias atuais discutem se termos como: “educação é um direito de todos”. Por se tratar de um tema delicado que vai da aceitação ao preconceito, deveria haver maior compromisso com esta educação, já que todos possuem o mesmo direito. Cada um de nós possui capacidades e habilidades diferentes, fazendo com que nossas vidas funcionem de formas diferentes.

A motivação do professor para trabalhar com alunos especiais não pode centrar-se nele mesmo. Os que estão motivados a procurar tal trabalho para ir ao encontro de suas próprias necessidades não conseguiram resultados efetivos com essas crianças. É importante que o professor atuante em classes especiais examine seus próprios motivos, garantindo assim uma aprendizagem significativa. Recomenda-se ainda o convívio de professores especializados com outros, visando à troca de experiências.

É importante saber que existe uma forte tendência a ações de “piedade” para com as pessoas com necessidades educativas especiais, o professor deve tomar cuidado para não cair nessa ação tendenciosa, senão poderá dificultar o crescimento do seu aluno como cidadão, diferenciando-o e inferiorizando-o. O desempenho dessas crianças varia muito, são de níveis diferentes, desde a questão básica, como os aspectos da vida diária, até níveis mais elevados de aprendizagem. Porém, de acordo, com a proposta de inclusão, todas devem ser educadas em classe comum, com a devida adaptação e complementação curricular. Casos mais especiais poderão necessitar de processos específicos de ensino, apoios intensos e contínuos e currículos alternativos que correspondam às necessidades dos educandos.

No contexto acima, a família é uma peça chave, integrante e indispensável nesse processo de aprendizagem, assegurando um trabalho cooperativamente de resultados eficazes (como mencionado no relato de experiências).

Para a construção de uma Escola verdadeiramente Inclusiva, não basta que os docentes adotem os conceitos de inclusão. É necessário que utilizem uma abordagem inclusiva no currículo. Isto significa a existência de um currículo comum a todos os alunos possibilitando-lhes a oportunidade de se envolverem de forma positiva nas atividades da turma.

Nessa nova abordagem educacional é fundamental que a escola seja capaz de aceitar a responsabilidade do progresso de todos os alunos, pelo que a adoção de um programa inclusivo pressupõe, necessariamente, uma abordagem focalizada na classe do ensino e da aprendizagem.

A conceituação de inclusão sugere a imagem de uma escola em movimento, em constante transformação e construção, enriquecida pelas diferenças. Isso implica mudanças de atitudes, reflexão sobre a prática pedagógica, modificação e adaptação ao meio com uma nova organização da estrutura escolar, garantindo sucesso educativo e social.

1.4. ATUAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Segundo o inciso III do Art. 208 da Constituição Brasileira que se refere ao atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências, “preferencialmente na rede regular de ensino”, e a Política Nacional de Educação Especial (MEC/SEER, 1994), onde o Ministério da educação estabelece como diretrizes da Educação Especial, apoiar o sistema regular de ensino para inserção dos portadores de deficiências.

A Educação especial, com a finalidade de formar cidadãos conscientes e participativos, tem por base: A Declaração Universal dos direitos Humanos (1948), que assegura o direito de todos a educação pública, gratuita; Política Nacional de Educação, LDB nº 4024/61, que recomenda integrar no sistema geral de ensino a educação de excepcionais, como eram chamados, na época, as pessoas com deficiências; a carta Gontien, Tailândia, 1990, que é a matriz da política educacional de inclusão.

A Declaração Mundial de Educação para todos propõe uma educação que satisfaça as necessidades básicas de aprendizagem, bem como o desenvolvimento das potencialidades humanas. E a Declaração de Salamanca, que é importante linha de ação, resultado da Conferência Mundial sob o tema Necessidades Educativas Especiais: o acesso, à qualidade, realizada em Salamanca, Espanha, em julho, de 1994, patrocinada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Ministério da Educação e Ciência da Espanha. Trazem importante contribuição no que diz respeito à Educação Especial, incluindo as pessoas que têm deficiências graves ou dificuldades de aprendizagem no ensino regular.

“Nessa linha de ação surge o conceito de Necessidades educativas Especiais que se refere a todas as crianças ou jovens cujas necessidades decorrem de sua capacidade ou de suas dificuldades de aprendizagem...” (Declaração de Salamanca, p.17-18).

A declaração de Salamanca possibilita estabelecer o horizonte das políticas educacionais, que se assegure a igualdade de oportunidades e a valorização da diversidade no processo educativo.

A lei nº 9394/96 (LDB) e de Referências Curriculares Nacionais de Educação Infantil, coloca a educação básica, que tem por finalidade o desenvolvimento integral de todas as crianças (art. 58), inclusive as com necessidades educacionais especiais.

A Resolução nº 02/98 – CEDF – “A educação especial no Sistema de Ensino do Distrito Federal, visa atender as crianças, adolescentes e adultos com necessidades educacionais especiais, em face de determinadas características mentais, físicas, sensoriais, emocionais e sociais”. (art. 40).

Diretrizes Nacionais de Educação Especial na Educação Básica, 2001, as quais determinam que as escolas se organizem para o atendimento, nas classes comuns, através da elaboração de projetos pedagógicos de acordo com a política de inclusão.

Em nossa Política Educacional, quando falamos em inclusão, estamos nos referindo em resgatar a educação como direito de todos os cidadãos, direito de todos os alunos a uma educação de qualidade, sem nenhuma espécie de preconceito e discriminação.

Para que a prática de inclusão aconteça, inúmeras são as barreiras políticas, entre estas a falta de preparo dos educadores do ensino regular e estrutura imprópria das escolas para alguns tipos de necessidades especiais.

O artigo 59 da LDB deixa claro que para se ter um ensino de qualidade a estas crianças é necessário dois tipos de formação do profissional: o professor “generalização” do ensino regular com o mínimo de conhecimento sobre o aluno incluso e o professor “especializado” nas diferentes necessidades educacionais especiais, que serve de apoio a classe de ensino regular.

De acordo com Sasaki (1997), “inclusão é um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade”. (SASSAKI, 1997, p.41).

Nesse contexto, o ensino deverá estar de acordo com as necessidades do aluno, visando alcançar os objetivos propostos, valorizando o educando em todo o processo de ensino-aprendizagem, oferecendo-lhe uma atenção mais

específica com maiores recursos educacionais, respeitando assim um ser humano capaz de assumir o seu papel na sociedade.

A educação especial necessita de alguns elementos a ela pertinentes, tais como: currículo especial ou adaptações ao currículo, recursos materiais, equipamentos e aparelhos específicos e profissionais adequadamente preparados. Dentre tais elementos, o professor constitui o pilar fundamental. Ao lado das condições gerais e específicas de que dispõe para o desenvolvimento de seu trabalho e de sua disposição no contexto educacional e social em que atua, a competência profissional do docente é que garante sucesso ao funcionamento da educação escolar. Portanto, a figura do professor em todos os trabalhos educativos institucionais é primordial.

Os conhecimentos profissionais dos professores compreendem em três grupos: conhecimento psicopedagógico, conhecimento de conteúdo e didático do conteúdo, formando assim uma teia ligada ao principal receptor, o aluno.

É preciso que o professor de Educação Especial primeiro fique familiarizado, tanto na teoria quanto em termos de experiência, com a criança e o jovem físicos e intelectualmente normais. É difícil, senão impossível, compreender a criança com necessidades educacionais especiais sem antes ter um bom embasamento da criança dita “normal”. O professor especializado comprometido com a educação busca formas de o aluno manifestar o que pode aprender, acolhe todas as diferenças, lança mão da experiência do aluno, motiva sua aprendizagem, valoriza-lhe as potencialidades da vida da criança a participarem da evolução de sua aprendizagem.

Para Ainscow (1997), “o processo social de aprendizagem, envolve a valorização da cooperação entre os alunos, a capacidade de modificar planos e atividades à medida que ocorre, em resposta as reações dos alunos na classe”. (AINSCOW, 1997). É preciso refazer a prática a partir da reflexão e sobre a ação em sala de aula, demonstra uma competência fundamental a escola inclusa.

Partindo do princípio que a principal finalidade do sistema de ensino é conduzir todos os alunos no sentido de atingirem os objetivos fundamentais de aprendizagem, esta exigência só será possível se passarmos de uma

pedagogia da aprendizagem. Professores capazes buscam uma educação de qualidade, com dinamismo, promovendo a criatividade, dosando conteúdos significativos, em sintonia experiência e prática numa sociedade mais justa e solidária onde educação significa transformação.

Trabalhar com alunos especiais implica em uma formação especializada com cursos, sobre fundamentos sociais, envolvendo psicólogos da educação em busca de uma interação, onde o aluno é o centro de toda atividade.

Dada a diversidade de situação dos alunos que, por razões de ordem física ou intelectual, apresentam necessidades educacionais especiais, recomenda-se que os profissionais em educação especial possuam conhecimentos práticos sobre outras áreas.

CAPÍTULO II

2.1. AJUSTES E ADAPTAÇÕES DO CURRÍCULO

No século XX, especialmente a partir da década de 20, iniciou-se a expansão das instituições de educação especial, caracterizadas principalmente pela proliferação de entidades de natureza privada, de característica assistencial. No que se refere à rede pública de ensino, foi estendida, inicialmente, somente às pessoas com deficiência mental. Para tanto, a rede organizou-se para tal demanda, criando normas e centralizando o atendimento.

De acordo com Carvalho (1996), “essa integração tinha como objetivo o ensino conjunto de crianças ditas normais com portadores de deficiência. A integração escolar centrava-se nas aptidões que alunos deficientes deveriam ter para freqüentarem o ensino regular”. (CARVALHO, 1996).

Percebe-se que uma forma de introdução em que a escola comum é modificada para ser capaz de acolher qualquer aluno e de propiciar-lhe uma educação de qualidade é a inclusão escolar. Cada sujeito, em função de suas características individuais, tem uma história e, na escola inclusiva, em vez de salientar a deficiência da pessoa, é necessário enfatizar o ensino e o trabalho pedagógico, bem como as formas e condições de aprendizagem dos

indivíduos. Não é o aluno que deve ajustar-se aos padrões de normalidade para aprender, mas é o professor que precisa buscar atender à diversidade de seus alunos.

Parte-se da certeza de que as crianças sempre sabem alguma coisa, de que todo educando pode aprender, mas no tempo e do jeito que lhes são próprios. É preciso que o professor nutra uma grande expectativa em relação à capacidade dos alunos de progredir e não desista nunca de buscar meios que possam ajuda-los a vencer os obstáculos escolares. O sucesso está em explorar os talentos, as possibilidades e desenvolver o que há de natural em cada aluno. As suas dificuldades e limitações são reconhecidas, mas não diminui o processo de ensino, como sempre acontece.

Em todas as situações, não se pode perder de vista a importância de propiciar ao aluno um ambiente que não reforce suas limitações, mas desafie o desenvolvimento e a aprendizagem de novas habilidades. Minimizar o potencial do aluno e generalizar suas limitações pode levar a uma lamentável perda de tempo e de oportunidade de estimulação do desenvolvimento e da aprendizagem.

O professor deve vincular suas ações cada vez mais à qualidade da relação pedagógica e não apenas a um público-alvo delimitado, de modo que a atenção especial se faça presente para todos os educandos que, em qualquer etapa ou modalidade da Educação Básica, dela necessitarem para seu sucesso escolar, inclusive aqueles com necessidades educacionais especiais.

Para superar o sistema tradicional de ensino, deve-se recriar esse modelo educativo primeiramente ao que se ensina aos nossos alunos e ao como se ensina para que eles cresçam e desenvolvam-se tornando seres éticos, justos e revolucionários, pessoas que têm de reverter uma situação que não conseguiu-se resolver inteiramente: mudar o mundo e torná-lo mais humano. Sabe-se que ainda vigora a visão conservadora de que as escolas de qualidade são as que enchem as cabeças dos alunos com fórmulas e conceitos. A qualidade desse ensino resulta da supervalorização do conteúdo escolar em todos seus níveis.

Pensa-se que uma escola que oferece um ensino de qualidade seja capaz de formar pessoas nos moldes requeridos por uma sociedade mais evoluída e humanitária, quando consegue aproximar os alunos entre eles mesmos, tratar as disciplinas como meios para conhecer melhor o mundo e as pessoas que nos rodeiam e ter como parceiros, as famílias e a comunidade no cumprimento do projeto escolar.

É fundamental que a escola seja capaz de aceitar a responsabilidade do progresso de todos os alunos, pelo que a adoção de um programa incluso presume-se, necessariamente, uma abordagem que coloque o modelo tradicional concretizado na avaliação do aluno e ensino especializado, para uma abordagem focalizada na classe e avaliação das condições do ensino e da aprendizagem.

Segundo Porter (1994), “é possível constatar com uma maior evidência que a maioria dos alunos com necessidades educacionais especiais não necessitam de estratégias pedagógicas distintas, podem precisar de mais tempo, de mais práticas ou de abordagens com variações individualizadas, mas não de estratégias diferentes das utilizadas com os outros alunos”. (PORTER, 1994, p. 07).

Para conseguir trabalhar com as diferenças nas salas de aula, é preciso que enfrentemos os desafios da inclusão escolar, sem fugir das causas do fracasso e da exclusão, e que desconsideremos as soluções sugeridas para encobrir esses fins.

Assim, em vez de utilizar um ensino coletivo, conduzindo passo a passo e com conseqüência de aprendizagens organizadas previamente, o professor deverá, por um lado, compreender a forma como cada aluno constrói e desenvolve a sua aprendizagem e, por outro lado, proporcionar orientações individualizadas a partir das dificuldades que o aluno apresenta.

O ensino, com níveis diversificados é uma das abordagens que possibilita ao professor preparar uma aula, com base em variações que respondem as necessidades especiais dos alunos. O ensino multi-nível, requer, que o professor conheça as necessidades e os estilos individuais dos alunos, bem assim como uma variedade de estratégias.

O compromisso de um atendimento integral ao indivíduo deve ser uma meta básica da uma sociedade global que busca a qualidade da educação para todos. Para que se alcance esta meta, é necessário encarar o desafio de tornar a escola, um espaço aberto à diferença e a dificuldade humana formando profissionais que procurem um ensino, apropriado a todos os alunos.

Os Parâmetros Curriculares (1997), constituem referências válidas para guiar para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais e também para todos os demais alunos.

Quanto aos conceitos básicos, no Programa de Ação à Deficiência é conceitualizada como “a perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica”; realizar uma atividade na forma ou na medida que se considera normal a ser humano”; e o impedimento, “como uma situação ou incapacidade, que limita ou impede o desempenho de um papel que seria normal, em seu caso, em função da idade, sexo e fatores sociais e culturais”. Cada indivíduo, com personalidade própria e padrões específicos de desempenho, é dotado de um potencial que, convenientemente orientado, pode permitir, quase sempre, a sua auto-realização.

Dessa forma, o que estamos defendendo é a construção de uma sociedade inclusiva que estabeleça um compromisso com as minorias, dentre as quais se inserem os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais.

O movimento pela sociedade inclusiva é internacional, e o Brasil está engajado nele, pois cerca de 15 milhões de brasileiros com necessidades educacionais especiais aguardam a oportunidade de participar plenamente da vida em sociedade, como têm direito.

Sabe-se, sem dúvida, que a democracia como um fim, constitui um processo de solução e de encaminhamento de propostas e programas, de adoção de regras aceitas pela maioria, mas com pleno respeito às minorias. É também um processo que deve, cada vez mais, ampliar o acesso a direitos, garantir a plena participação de todos dentro de regras claras e aplicáveis a todos, independentemente de raça, cor, sexo, religião e origem social.

A nova proposta de educação inclusiva foi lançada pela Declaração de Salamanca, a qual publicou, entre outros princípios, o direito de todos à educação, independentemente das diferenças individuais. Esta Declaração teve como referência a Conferência Mundial sobre Educação para Todos. Com isso a Educação Inclusiva propõe que todas as pessoas com necessidades educacionais especiais sejam matriculadas na escola regular, baseando-se no princípio de educação para todos.

Acredita-se esteja contribuindo para minimizar a maior dificuldade enfrentada hoje pela educação, a capacitação de recursos humanos, que está ligada à vontade política e à consciência da sociedade no sentido de garantir os direitos às pessoas com necessidades educacionais especiais. Observa-se hoje, atitudes que, continuam sendo reflexo de uma história que foi sempre marcada pela discriminação. No entanto, vive-se na Educação nesse momento, um momento de mudanças estruturais, no qual a preocupação se desloca das deficiências ou inaptações do indivíduo para a valorização das suas potencialidades, oferecendo-lhes meios de desenvolvê-los ao máximo. Esse processo deverá ser dosado às necessidades de cada criança.

Nesse novo momento, o professor precisa ter capacidade de conviver com os diferentes, superando os preconceitos em relação às minorias. Tem de estar sempre preparado para adaptar-se às novas situações que surgirão no interior de sua sala de aula. O professor deve receber cursos que o leve a criação de uma consciência crítica sobre a realidade que ele vai trabalhar e o oferecimento de uma fundamentação teórica que lhes possibilite uma ação pedagógica eficaz.

2.2. DIFICULDADES ENCONTRADAS NO ENSINO-APRENDIZAGEM

Werneck (1997), coloca que “[...] a inclusão vem quebrar barreiras cristalizadas em torno de grupos estigmatizados”. (WERNECK, 1997, p. 42).

Parece razoável afirmar que muito do jogo político futuro decidirá na expansão e instrumentalidade que venha a ter a aparelhagem educacional

pública, a qual se mostra crucial por condicionar a procura do lugar das crianças com necessidades educacionais especiais na escola, na comunidade, no mercado de trabalho, de maneira importante a ultrapassagem do limiar da cidadania.

Essa questão da cidadania está intimamente ligada a questão educacional e mais especificamente ao papel e função da escola pública, no sentido da importância da construção do respeito às crianças com necessidades educacionais especiais. Assim, supõe-se que a educação inclusiva não pode ser qualquer tipo de educação, mas sim uma educação que auxilie na construção de uma democracia de massas e isso se concretiza através de um processo educativo que seja internamente democrático. Essa democracia requer um ensino que viabilize através de um ensino público assentado nos fundamentos de uma educação popular. Essa palavra “popular” não está colocada significando pouca, superficial ou não-universal, mas no sentido de atingir a todos, num processo de construção e de transmissão de conhecimentos universais e de sistematização dos conhecimentos populares.

Quanto aos conceitos básicos, no Programa de Ação, a deficiência (1982) é conceitualizada como “a perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica”; a incapacidade, como “toda restrição ou falta, devido a uma deficiência, da capacidade de realizar uma atividade na forma ou na medida que se considera normal ao ser humano”, é o impedimento, “como uma situação desvantajosa para um determinado indivíduo, em consequência de uma deficiência ou incapacidade, que limita ou impede o desempenho de um papel que seria normal, em seu caso, em função da idade, sexo e fatores sociais e culturais”. Diante de tal quadro apresentado, é importante salientar que toda pessoa tem o direito a educação para que possa desenvolver suas capacidades, habilidades e competências. Conforme a Declaração de Salamanca, “os jovens com necessidades educacionais especiais devem receber ajuda para fazer uma eficaz transição da escola para a vida produtiva. É nesse contexto que Werneck (1997) coloca que “[...] A inclusão vem quebrar barreiras cristalizadas em torno de grupos estigmatizados. (WERNECK, 1997, p. 42). Isto vem ao encontro das novas

tendências mundiais de se democratizar o ensino, a permanência e a capacitação dos alunos portadores de necessidades educativas especiais. A Constituição Federal (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) estabelecem que a educação é um direito de todos, garantindo atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência.

Segundo Edler (1997) “a integração é o processo dinâmico de participação das pessoas num contexto de relações, o que determina a sua interação com diversos grupos sociais. Integração significa reciprocidade. Sob o enfoque escolar, é um processo gradual dinâmico que pode adotar formas diferentes de acordo com as necessidades e habilidades dos alunos”. A inclusão educativa é uma realidade irreversível, pois a quantidade de crianças que nascem com algum tipo de necessidade educacional especial e de pessoas que sofrem algum tipo de lesão medular é enorme, por isso o sistema educacional e a sociedade, como um todo, precisam se adequar a tais transformações para encarar este novo paradigma socioeducacional. Bobbio (1992) ensina que “os direitos humanos são direitos históricos que emergem gradualmente das lutas que o homem trava por sua própria emancipação e das transformações das condições de vida que essas lutas produzem”. Isto se traduz na real necessidade de a escola tomar frente ao processo de democratização dos saberes e das interrelações entre o ideal e o real.

Poppovic (1997), diz que “o entendimento de que a escola é um espaço inclusivo/integrador exige maior cuidado com a filosofia que sustenta o projeto político-pedagógico da escola e que inspira o modelo de gestão adotado, bem como o currículo da escola”. (POPPOVIC, 1997, p.12). Este é o grande cerne da questão. Não há, efetivamente, inclusão sem que a escola esteja voltada e preparada para lidar, de forma inteligente e integradora, os vários tipos de deficiências, todavia para isto é preciso que o Projeto Político e Pedagógico, não somente de uma única escola, mas de todo sistema educacional seja preparado para receber alunos com necessidades educacionais especiais para que elas possam, verdadeiramente, promover a democratização do ensino e proporcionar mudanças reais e perceptivas.

Segundo Mantoan (1997) “a inclusão é um motivo para que a escola se modernize e **os professores aperfeiçoem suas práticas** (grifo nosso) e, assim sendo, a inclusão escolar de pessoas deficientes torna-se uma consequência natural de todo um esforço de atualização e de reestruturação das condições de ensino básico”. Um outro aspecto importante a ser ressaltado é a presença marcante do docente. Aqui se percebe perfeitamente que não basta apenas a reforma institucional das estruturas educacionais vigentes, mas também da mentalidade dos professores.

A questão da inclusão perpassa o simples ato de ter o aluno com necessidades educacionais especiais em uma sala de aula. O posicionamento crítico e transformador do professor frente a tal situação têm de estar embasado em conhecimentos pertinentes a área de atuação. De acordo com Rattner (2000, p.362), “multiplicar informações e conhecimentos não será suficiente enquanto as práticas profissionais e as políticas públicas continuarem alheias às considerações éticas, de justiça e de equidade. Todas pesquisas, bibliotecas e bancos de dados, enquanto não resultem em novas práticas de gestão e mudanças comportamentais, não resolverão os intricados problemas da nossa sociedade no limiar do terceiro milênio”.

Cabe salientar, que de acordo com Fonseca (1978, p. 91 e 92), a educação inclusiva deve ser dentro da escola e não fora dela. O autor, diz, ainda que “a integração implica uma mudança drástica do sistema de ensino”. Como salientado anteriormente, o professor é parte essencial neste processo, pois não bastam, em si, as determinações legais. É necessário uma mudança de paradigmas, pois segundo Fonseca (1978, p. 99) “para as classes da Educação (mas leia-se, atualmente, Educação Inclusiva)” deverão ser recrutados os professores e os técnicos mais competentes científica e pedagogicamente, na medida em que lhe vão ser exigidas capacidades para dar respostas às complexas necessidades, nomeando as seguintes: (1) diagnóstico; (2) planejamento curricular; (3) metodologia pedagógica; (4) competência técnica na utilização de vários processos de informação; (5) administração; (6) consulta que lida com problemas educacionais, vocacionais

sociais e pessoais; (7) envolvimento pessoal e tolerância; (8) relações públicas a fim de trabalhar em grupo com autoridades, serviços e atender pais e etc.

CAPÍTULO III

3.1. RELATO DE EXPERIÊNCIA I

O caso relatado como experiência vivida, trata-se de um aluno incluso, com 14 anos, o qual chama-se pelo nome fictício de Roberto e está em uma turma de 4ª série, apresenta síndrome de Ásperger, pessoas com esse distúrbio possuem as dificuldades qualitativas, a comunicação, a interação social, e a imaginação conseqüentemente apresentam algumas dificuldades comportamentais como o autismo.

Segundo o autor Karen Williams, obtido nas páginas do Psiquiatra Infantil Walter Camargo Junior, a criança com necessidades de Síndrome de Ásperger possui as seguintes características:

- Insistência em semelhanças, isto é, as crianças devem seguir uma rotina, pois o novo ou o inesperado causa-lhe sobrecarga emocional, stress, fadiga, etc.
- Dificuldades em interações sociais, devido o grau de ingenuidade ser grande, são facilmente enganados e passados para trás.
- Gama restrita de interesses, perguntam insistentemente sobre o que lhe interessam, sem dar abertura para novos conhecimentos.
- Concentração fraca – fazer um trabalho vem direcionado a criança pois se distraem facilmente.
- Fraca coordenação motora, não são bem sucedidas em jogos e tem andar desajeitado.
- Dificuldades acadêmicas, geralmente o seu cognitivo é na média ou além do normal, portanto tem facilidade de memorizar tudo que lê ou escuta, por isso tem que se ter muito cuidado para saber o que foi aprendido ou decorado.

- Vulnerabilidade emocional, essas crianças têm estrutura emocional fraca, podem ser inclinados a depressão e frustrações.
- Oferecer rotinas diárias é uma das sugestões adequadas a esse estudante.

De acordo com o parecer, a escola formou uma turma reduzida, composta por 09 educandos para a inclusão de Roberto.

Os trabalhos desenvolvidos seguem conteúdo programático da série, averiguou-se a capacidade de interação do mesmo nessa turma e observou-se que o mesmo é capaz de acompanhar e de certa forma sobre-sair a seus colegas ditos “normais”.

Apresenta comportamento de criança irrequieta, sem paciência para ficar muito tempo em um mesmo lugar, questionando e requisitando atendimento de seu educador em tempo integral.

Atualmente consegue cumprir as normas disciplinares, porém, às vezes apresenta-se um tanto quanto angustiado, fazendo necessário cumprimento de uma rotina, onde tudo que for planejado deverá ser executado.

Desenvolve atividades com rapidez, apresenta raciocínio lógico-matemático, capta com facilidade tudo que lhe é proposto, mostrando anseios por aprender mais. Faz ilustrações com capricho, gosta de ser elogiado, esforçando-se para agradar a todos.

No momento está afastado do atendimento com psicólogo, por falta de especialista nesta área. Para abrandar a falta do atendimento e promover interação com suas áreas afetivas, cognitivas e psico-motoras, o aluno frequenta aula de Ecoterapia, ministrada pela Polícia Militar, é uma atividade de seu gosto, onde o aluno mostra dedicação, alcançando medalhas e troféus.

As atividades desenvolvidas com este aluno deverão ser diversificadas, com materiais lúdicos, prendendo a atenção, levando-o a uma aprendizagem significativa.

Por estar em turma reduzida, requer um professor atuante, paciente, que busque a integração conteúdo-ambiente, onde toda atividade desenvolvida será moldada a realidade do mesmo.

A escola onde o mesmo está inserido assume o aluno como indivíduo que pertence a grupos sociais, entendendo que a educação deve promover a sua inserção crítica e criativa na sociedade, visa à criação de condições para satisfazer as necessidades do aluno incluso, oferecendo-lhe um clima de bem-estar físico, afeto-social e intelectual, mediante a oferta de atividades que desperte o interesse e a alegria de aprender, envolvendo a espontaneidade, abrindo margens a novas descobertas. A educação não se deve manter passiva perante a evolução do aluno, deve respeitar sua realidade.

Ao professor cabe oferecer atividades significativas, levando em conta as características individuais do aluno, seu desenvolvimento psicológico (inserção social e cultural) são os conhecimentos das diferentes áreas do seu desenvolvimento.

Vale ressaltar que a inclusão do aluno citado, promove troca de experiências entre os educandos inseridos na turma, com características físicas, mentais, pessoais, situação socioeconômica e cultural é de enorme valia para o desenvolvimento do mesmo.

Sendo a escola em questão um espaço caracterizado pela multiplicidade, acompanhar o aluno incluso em seu processo de desenvolvimento vai exigir sempre um olhar reflexivo sobre o caráter evolutivo de seu pensamento e o seu contexto histórico-cultural.

Hoje a educação da criança está sendo dividida com a escola, e a mesma pode ser considerada como complementação da ação familiar. Mas a escola não deve ser pensada como instituição substituta da família, e sim, um elo de ligação, onde o ser principal e fundamental é o aluno. Nesse contexto a família do aluno citado é ativa e participativa.

Para completar a idéia acima apresentada, faz-se citação da Declaração de Salamanca, art. 60, p.43, que diz: “Os pais são os principais associados no tocante às necessidades educativas de seus filhos, e a eles deveria competir, na medida do possível, a escolha do tipo de educação que desejam ser dada a seus filhos”.

Portanto, não resta dúvida de que hoje, em dia, mais do que nunca, a família deve ser vista e tratada como uma parceira a mais no processo de

quebra de barreiras que impedem a participação e a inclusão social de seus integrantes.

3.2. RELATO DE EXPERIÊNCIA II

A aluna inclusa que será mencionada nesse relato é uma criança com 14 anos de idade, que será chamada também por um nome fictício de Bia, apresentando Síndrome de Down.

Mongolismo, Síndrome de Down e Trissomia 21, é essencialmente um atraso do desenvolvimento, tanto das funções motoras do corpo, como das funções mentais. A criança com Síndrome de Down tem algumas características físicas diferentes das outras crianças. Um bebê com a Síndrome de Down é pouco ativa, molinha, o que chamamos de 'HIPOTONIA'. A hipotonia diminui com o tempo, e a criança vai conquistando, embora mais tarde que as outras, as diversas etapas do desenvolvimento: sustentar a cabeça virar-se na cama, engatinhar, sentar, andar e falar. A Síndrome de Down não é contagiosa, ela não é causada por nenhum micróbio. Ela é produzida por uma alteração que já está presente no início do desenvolvimento do bebê.

Existem várias teorias quanto à causa da Síndrome de Down, mas até hoje pouco se conhece com certeza. Algumas conclusões indicam que o mongolismo é causado por uma alteração dos cromossomos. Cromossomos são partículas muito pequenas que existem dentro do espermatozóide (a célula sexual do homem) e também dentro do óvulo (a célula sexual da mulher) e são responsáveis, por exemplo: a cor dos olhos, altura, sexo e também o funcionamento e forma de cada órgão interno, como o coração, o estômago e o cérebro.

No ato da fecundação o espermatozóide e o óvulo se juntam, formando o ovo, que é o começo de uma nova vida. Normalmente existem 23 cromossomos no espermatozóide e 23 cromossomos no óvulo. O ovo vai, portanto receber 46 cromossomos. Nos casos de S.D. a criança nasce com 47 cromossomos; possui um cromossomo, 2º a mais, ou seja, ela tem três

cromossomos 21 em todas as suas células ao invés de ter dois. É o que chamamos de trissomia 21. Este erro não está sob controle de ninguém. A célula fica com um cromossomo de número 21 e mais do que deveria, e não se sabe ainda por que isso acontece.

Há sinais físicos que acompanham em geral a Síndrome de Down, e por isso ajudam a fazer o diagnóstico. Os principais sinais físicos ao recém nascido são:

- hipotonia muscular: o que se responsabiliza por importante parte do retardo do desenvolvimento motor.
- Abertura das pálpebras inclinada com a parte externa mais elevada.
- Prega da pálpebra no canto interno dos olhos como nas pessoas de raça amarela, por ex: os japoneses.
- Boca: dentes pequenos, língua protusa (para fora da boca), palato elevado.
- Mãos: grossas e curtas, prega única na palma das mãos.
- Crânio: occipital achatado. Há outros sinais físicos, mas varia de bebê para bebê.

A Síndrome de Down é relativamente freqüente: de cada 550 bebês que nascem, um tem síndrome. Atualmente, estima-se que existem entre crianças e adultos, mais de 100 mil brasileiros com Síndrome de Down. Qualquer casal pode ter um filho com Síndrome de Down, não importando sua raça, credo ou condição social. Entretanto a chance de nascer um bebê com Síndrome de Down é maior quando a mãe tem mais de 40 anos (aproximadamente).

Algum problema ocorrido durante a gravidez não pode causar a síndrome; no início da gestação quando começa a se formar o bebê, já está determinado se ele terá Síndrome de Down ou não. Portanto nada que ocorra durante a gravidez como quedas, emoções fortes ou sustos pode ser a causa da síndrome.

Também não se conhece nenhum medicamento que ingerido durante a gravidez causa a Síndrome de Down. Como ainda se conhece pouco sobre a Síndrome de Down, é importante que as mães muito jovens ou as de mais de 35 anos evitem a gravidez.

Atualmente, existem exames que são feitos durante a gravidez e que detectam algumas alterações do feto. Dentre eles, a AMNIOCENTESE é a amostra do Vilo Corial são exames usados para o estudo dos cromossomos do feto. Portanto, a trissomia do cromossomo 21 que causa a Síndrome de Down pode ser detectada no pré-natal.

Doenças Associadas com maior frequência à Síndrome de Down são:

- Problemas cardíacos devido a um desenvolvimento anormal do coração, em metade dos casos;
- Desenvolvimento anormal do intestino;
- Deficiência imunológica, que faz com que essas crianças tenham problemas respiratórios causados por infecções repetidas.
- Problemas de visão e audição.
- Problemas odontológicos.

É conveniente, em qualquer dos casos procurar orientação para o tratamento adequado. O desenvolvimento da criança com Síndrome de Down ocorre em um ritmo mais lento que o das crianças normais. O bebê, devido à hipotonia, é mais quieto, em dificuldade para sugar, engolir, sustentar a cabeça e os membros.

Embora haja um atraso no desenvolvimento motor, isso não impede que a criança aprenda suas tarefas diárias e participe da vida social da família. A criança com Síndrome de Down pode portanto executar tarefas simples, mas a deficiência mental não permite que ela consiga resolver problemas abstratos, que são complicados para ela.

A criança deve ser educada e disciplinada como qualquer outra criança. Os pais devem ensinar-lhe os limites, não permitindo que ela faça tudo que quiser. Será necessárias maior cuidado e atenção, pois a criança demorará mais para aprender as coisas, mas aprenderá porque tem capacidade para isso, não será no mesmo ritmo das outras crianças, mas conseguirá.

Os pais devem ser pacientes e insistir porque a criança vai progredir, embora em seu próprio ritmo. Clínicas instituições e escolas especializadas costumam ter programas de estimulação para criança com Síndrome de Down, que poderão orientá-los nos exercícios específicos.

Os cuidados com a criança com Síndrome de Down não variam muito da atenção que se dão às crianças. Os pais devem estar atentos a tudo o que a criança comece a fazer sozinha, espontaneamente e devem estimular seus esforços. Ajude a criança a crescer, evitando que ela se torne dependente; quanto mais a criança aprender a cuidar de si mesma, melhores condições terão para enfrentar o futuro. A criança com Síndrome de Down precisa participar da vida da família como as outras crianças. Deve ser tratada como as outras, com carinho, respeito e naturalidade. A pessoa com Síndrome de Down quando adolescente e adulta tem uma vida semi-independente. Embora possa não atingir níveis avançados de escolaridade pode trabalhar em diversas outras funções, de acordo com seu nível intelectual. Ela pode praticar esportes, viajar, freqüentar festas, etc. “Quando a criança com deficiência tem problemas de comportamento, em geral, é porque existe falta de compreensão dos pais ou das pessoas que vivem com ela. Quando se sente aceita e compreendida, é uma criança feliz”.

A aluna está incluída numa 3ª série do ensino regular, na Escola Classe 11 de Taguatinga, em uma turma reduzida com 28 alunos.

A escola, mesmo tendo outras crianças com necessidades educacionais especiais não está preparada para trabalhar com tantas diferenças, na parte pedagógica como na estrutura física. Mesmo estando consciente de como é importante valorizar as diferenças humanas e de como é fundamental oferecer equiparações de oportunidades para que elas exerçam seu direito de conviver na sua comunidade.

Sabemos que atualmente alguns aspectos da Síndrome de Down sejam mais conhecidos e para que as crianças com necessidades especiais tenham melhores chances de vida e desenvolvimento, uma das maiores barreiras para a inclusão social continua sendo o preconceito.

Sua família é presente, ativa, participativa em todas as atividades a que ela participa, acompanhando-a as aulas com as psicopedagogas, às aulas de dança e natação, com alegria e entusiasmo, incentivando-a o tempo inteiro. Sua irmã, companheira e confidente, auxilia-a nas atividades escolares. É importante que um ambiente amoroso e estimulante, intervenção precoce e

esforços integrados de educação irão sempre influenciar positivamente o desenvolvimento desta criança.

Em relação à aluna citada é gratificante trabalhar com ela. Uma menina meiga, inteligente e interessada, participativa. É bastante semelhante às outras crianças sem a síndrome e consegue dentro das suas limitações atingir seus objetivos.

Adora participar de brincadeiras e jogos com regras, com estímulos para que possa ter um melhor desempenho, das aulas com conteúdos curriculares reduzidos. Não gosta de ficar sem realizar suas tarefas. Está alfabetizada à nível de uma 1ª série, consegue resolver as operações e problemas sem reservas de adição, subtração e multiplicação simples. A criança que apresenta a síndrome de Down demora mais tempo para ler, escrever e fazer contas. No entanto, a maioria das pessoas delas tem condições para ser alfabetizada e realizar operações lógico-matemáticas como no caso dessa aluna.

Nós professores devemos estar informados para podermos respeitar o ritmo de desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais, como, também respeitar o ritmo de todos os seus alunos. É importante que possamos promover as ações para incluir nosso aluno no grupo.

O trabalho com ela atende suas necessidades especiais, sem se desviar dos princípios básicos da educação proposta às outras crianças. Ela frequenta a escola desde cedo. Com o apoio e a ajuda de seus pais. É percebido ao longo do processo que o seu ritmo é mais lento. Na parte da linguagem ela apresenta um pouco de dificuldade na hora de se expressar, com calma conseguimos entendê-la perfeitamente. Entendemos que crianças com esta síndrome possuem dificuldades variadas no desenvolvimento da linguagem.

Recebe atendimento psicopedagógico e também realiza atividades artesanais, pois apresenta uma grande habilidade com as mãos e criatividade na realizar trabalhos de arte. (ver anexos).

No momento está matriculada e recebendo aulas de dança e natação, sente-se empolgadíssima. Sua socialização com os colegas, maravilhosa, tanto eles quanto ela se respeitam mutuamente.

Para Vygotsky (1991), a grande dificuldade em se tratar do desenvolvimento de crianças com necessidades educacionais especiais, é por se considerar esta como algo já determinado e, não como um processo. A partir do momento em que a criança entra em contato com o seu meio sócio-cultural e tem uma boa mediação, ela conseguirá internalizar outras funções que lhe possibilitarão ter condições para viver dentro do seu grupo social de forma mais independente.

Vygotsky (1991) mostra que o importante é aprender o desenvolvimento em movimento; revelar a competência já adquirida a partir do que a criança já sabe e é capaz de realizar sozinha, sem interferência de outra pessoa.

3.3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

As pessoas com síndrome de Down costumam ser menores e ter um desenvolvimento físico e mental mais lento que as pessoas sem a síndrome, enquanto que na Síndrome de Ásperger este desenvolvimento é normal. A maior parte dessas pessoas com Síndrome de Down tem retardo mental de leve a moderado; algumas não apresentam retardo e se situam entre as faixas limítrofes e médias baixa, outras ainda podem ter retardo mental severo. Existe uma grande variação na capacidade mental e no progresso desenvolvimental das crianças com Síndrome de Down.

As crianças com Síndrome de Ásperger apresentam um tipo de espectro de autismo. O desenvolvimento motor em crianças com Síndrome de Down é também mais lento. Enquanto as crianças sem síndrome costumam caminhar com 12 a 14 meses de idade, as crianças afetadas geralmente aprendem a andar com 15 a 36 meses. O desenvolvimento da linguagem também é bastante atrasado. Já nas crianças portadoras da Síndrome de Ásperger, o desenvolvimento se dá por funções de linguagem normais. Outro aspecto importante está relacionado à vida social, pois ambas em ambas as síndromes as crianças necessitam do convívio social para melhor se desenvolverem.

As crianças com Síndrome de Ásperger podem alcançar estágios muito mais avançados de raciocínio e de desenvolvimento. Felizmente, o desempenho social dessas crianças costuma ser superior ao que seria de se esperar de acordo com a idade mental. As crianças com Síndrome de Ásperger tendem ao Isolamento social, com extremo egocentrismo, que pode incluir: falta de habilidade para interagir com seus pares, falta de desejo de interagir, apreciação pobre da trança social e respostas socialmente impróprias.

A criança com Síndrome de Down deve receber uma educação que atenda às suas necessidades especiais sem se desviar dos princípios básicos da educação proposta às demais pessoas. Ela deve freqüentar desde cedo a escola, e esta deve valorizar, sobretudo os acertos da criança, trabalhando sobre suas potencialidades para vencer as dificuldades. A educação deve

respeitar a variação intelectual de cada um, oferecendo iguais possibilidades de desenvolvimento, independente do ritmo individual, valorizando a criança ou o jovem, incentivando-o em seu processo educacional. A criança com Síndrome de Down demora mais tempo para ler, escrever e fazer contas. No entanto, a maioria das pessoas com esta síndrome tem condições para ser alfabetizada e realizar operações lógico-matemáticas. Essas crianças, mais lentamente e por meio de processos especiais, conseguem, terminar o ensino fundamental, aprender uma profissão, sendo capazes de se sustentarem e de se adaptarem à vida comum. A seqüência de desenvolvimento escolar geralmente é bastante semelhante à de crianças sem a síndrome e as etapas e os grandes marcos são atingidos, embora em um ritmo mais lento.

As crianças com Síndrome de Ásperger podem se expressar fluentemente, mas podem não captar a reação das pessoas que os ouvem e podem parecer insensíveis aos sentimentos alheios. A despeito de terem boa habilidade verbal, eles podem parecer pedantes ou hiper literais, entendendo as palavras ao "pé da letra". Podem, por exemplo, entender as conversas de forma excessivamente literal - podem não entender piadas, uma vez nestas geralmente se emprega linguagem simbólica, exagerada ou metáforas. Por exemplo, eles podem ficar confusos com uma afirmação do tipo: "ela perdeu a cabeça". Falta de Imaginação.

As crianças com síndrome de Ásperger podem, freqüentemente, se sair muito bem no aprendizado de fatos e números, mas terão dificuldade em raciocínio abstrato, que lhes podem causar problemas escolares em certas matérias como literatura ou religião.

Embora essas crianças se relacionem de modo perfeitamente normal dentro da família, problemas podem ser notados quando entram no ambiente da pré-escola. Isso pode incluir: tendência a evitar interações sociais espontâneas ou mostrar habilidades fracas em interações, problemas para sustentar simples conversações ou tendência a ser perseverativo ou repetitivo quando conversando, respostas verbais díspares, preferência por rotinas e dificuldade com transições, dificuldade para regular respostas sociais/emocionais com raiva, agressão, ansiedade excessiva, hiperatividade,

parecendo estar “em seu próprio mundo”, e tendência a sobre focar em objetos ou assuntos em particular. Certamente, a lista é muito parecida com os primeiros sintomas de autismo. Comparado a essas crianças, no entanto, terá linguagem menos anormal e poderá não ser tão obviamente “diferente” das outras crianças. Áreas com habilidades particularmente fortes podem estar presentes, como reconhecimento de letras ou números, memorização de fatos, etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que se possa compreender a necessidade e as conseqüências da participação de crianças com necessidades educacionais especiais em escolas públicas, cabe ressaltar a advertência que Bobbio (1986) faz sobre conceitos equivocados de desenvolvimento democrático; diz ele que “quando se quer saber-se houve um desenvolvimento da democracia num dado país, o certo é procurar saber se aumentou ou não o número dos que têm direito de participar das decisões que lhes dizem respeito, mas os espaços nos quais podem exercer esse direito”. Entre esses espaços, pode ser situado o processo educativo. Espaço de construção de cidadania; espaço de liberdade de expressão e idéias; espaço de liberdade para a construção de aprendizagens; espaço de crescimento pessoal e social: um espaço democrático. Além disso, a escola pública desenvolve a educação para os direitos humanos, cumprindo o papel de combater o processo de alienação que a ordem estabelecida estimula.

A integração de crianças com necessidades educacionais especiais ao Sistema Público de ensino do distrito Federal, longe de ser difícil ou apresentar obstáculos de difícil transposição, demonstrou ser um gesto esperado pela sociedade e por ela incorporado naturalmente, caracterizando-se o fato de que estarem estudando, os torna mais confiantes, mais socializados, menos deprimidos e solitários, reforçando a sua auto-estima e as fazendo ir mais longe na sua caminhada pela vida, enchendo-os de ânimo novo.

Um mínimo de oportunidades iguais é indispensável para que as capacidades, melhor dizendo, as potencialidades do organismo biológico humano venham a manifestar-se, produzindo inclusive o que temos chamado de inserção na sociedade de crianças com necessidades educacionais especiais, rigorosamente algo recente, produto social da educação e do cultivo da solidariedade.

É, somente através do trabalho conjunto de pessoas comprometidas que podemos esperar lidar com tal desafio. Esse movimento para a mudança foi descrito por uma das grandes figuras da história, o presidente dos Estados

Unidos John Kennedy. Ele disse que poucos entre nós são individualmente capazes de fazer acontecer uma mudança positiva entre as pessoas, mas, à medida que cada um de nós faz sua pequena parte, cada uma dessas partes torna-se uma pequena ondulação e essas ondulações tornam-se uma onda poderosa capaz de derrubar a montanha mais alta. A reforma educacional inclusiva é a ondulação que pode permitir que todas as nossas ondulações funcionem juntas para formar essa onda.

O que propomos exige não só uma mudança de paradigmas educacionais, para que todos tenham o direito ao acesso a uma educação de qualidade, mas também envolve mudanças na mentalidade e na cultura pedagógica. Uma redefinição do papel social da escola através da utilização de novas concepções educacionais. Pretendemos que a Educação prepare para o exercício da cidadania plena, para o reconhecimento dos direitos associados às suas responsabilidades. Queremos formar o cidadão consciente e crítico, e, ao mesmo tempo, oferecer a todos a oportunidade de realizar seu potencial de inteligência e de trabalho produtivo.

O momento é de descartar os subterfúgios teóricos, as distorções propositais do conceito de inclusão, condicionadas à capacidade intelectual, social e cultural dos alunos, para atender às expectativas e exigências da escola.

De fato, as condições que temos hoje, para transformar as escolas brasileiras nos autoriza a propor uma escola única, em que a cooperação substitui a competição, pois o que se pretende é que as diferenças se complementem e que os talentos de cada um sobressaiam. Dentre as inúmeras reformas que estamos realizando nas escolas e redes de ensino em que se está implementando uma escola para todos, a elaboração e execução de currículos, em todos os níveis de ensino, implicam em interação e não mais em distribuição e transmissão do saber por via unilateral e hierarquicamente. Ambos podem e devem ser co-autores dos planos escolares, compartilhando todos os seus atos, do planejamento à avaliação e respeitando-se mutuamente.

O essencial é que todos os investimentos atuais e futuros da educação brasileira não devem repetir o passado, mas considerar, verdadeiramente, o papel da escola e de seus educadores ao ensinar a importância da diversidade em todas as suas manifestações. Inclusive na nossa própria espécie. E para termos sempre presente que o nosso problema mais urgente e relevante, antes de toda e qualquer preocupação que possamos ter com os alunos que já estão nas escolas, é com os que estão fora delas.

A discussão acerca da igualdade implica em questões éticas, tais como: todos os seres humanos são realmente iguais? Qual é o parâmetro de mensuração desta igualdade? E, se todos são iguais, por quê as minorias não tem direitos garantidos, e principalmente para com os portadores de necessidades especiais de todas as ordens?

Singer (2002, p.24) afirma categoricamente que nosso século tem testemunhado mudanças drásticas das atitudes morais. Isto representa uma nova visão acerca dos paradigmas estabelecidos pela humanidade ao longo dos séculos. Uma das transformações mais fortes está relacionada á igualdade apregoada por governos a respeito da inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais na sociedade, e conseqüentemente na vida escolar e posteriormente no mercado de trabalho. Isto requereu uma mudança relevante, tanto nos aspectos políticos e científicos, quanto nos culturais e éticos.

A questão da deficiência passou a ser objeto de discussão em todo o mundo, e isto refletiu numa nova perspectiva para os portadores de necessidades. Os conceitos de liberdade, **igualdade** e fraternidade, que é a célebre frase da Revolução Francesa, nunca estiveram tão em voga, pelo menos no papel, como nestas últimas décadas, e o problema da igualdade transformou-se na grande bandeira de luta das minorias. Os deficientes ganharam o direito de ir e vir, começaram a ser tratados com “igualdade” e a sociedade se tornou fraterna ás necessidades dos portadores de deficiência. Todavia, toda esta demanda ideológica ainda não foi capaz de permitir a todos os deficientes o real acesso à sociedade e a tudo aquilo que todo cidadão tem direito, pois A Constituição Federal do Brasil (1988) afirma que [...] todos são iguais perante á lei.

Singer (2002, p.62) afirma que “a mera igualdade de oportunidades não será suficiente em situações que nas quais uma deficiência impede que alguém se torne membro igual da comunidade”. Isto não se trata de assistencialismo barato, mas é por razão pela qual vive-se em estado, pelo menos na maioria dos países, democrático. O cerne da questão está na forma pela qual se encara o que é igualdade. Não basta colocar o indivíduo em cena. É preciso modificar toda a estrutura para que todos, sem distinção de cor, credo, raça, fé e/ou condições tenham acesso, e isto principalmente em se tratando de pessoas com necessidade especiais, pois a igualdade de condições para todos não pode se vista apenas através do prisma de que eles sejam pobres coitados. Os portadores de necessidades especiais são capazes de desenvolver, mas para isto é necessário que o Estado propicie estas condições.

Cláudia Werneck afirma que [...] Jamais haverá uma sociedade inclusiva se não tivermos uma escola transformadora. Cabe à escola, junto com a família, plantar a semente de um cidadão mais ético. A inclusão é, acima de tudo, uma questão de ética. Quando se fala a respeito de condições de igualdade, o estado tem que dar reais condições para que os direitos sociais de todos, e principalmente dos portadores de necessidades especiais sejam efetivamente garantidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AINSCOW, M.. Educação para todos: torna-la uma realidade. In Caminhos para escolas inclusivas. Lisboa. Ministério da Educação, 1997.
- ALMEIDA, Marina S. Rodrigues. Manual Informativo sobre Inclusão: Um Informativo para Educadores. P. 01.
- AMARAL, Lígia Assunção. Pensar a Diferença: Deficiência. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Brasília, 1994, p.91.
- ARAÚJO, Luiz Alberto David. A Proteção Constitucional das Pessoas Portadoras de Deficiência. Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). Brasília, 1994.
- BOBBIO, N. Na era dos direitos. Rio de Janeiro, Campus, 1992. trad. Carlos Nelson Coutinho.
- BRASIL, Constituição Federal (1988). Rio de Janeiro, FAE, 1999.
- CORDE, Edição Especial da Coletânea de Normas Técnicas Brasileiras – Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiência. Fórum Nacional de Normalização. Associação Brasileira de Normas Técnica (ABNT). Rio de Janeiro, 2001.
- CNEE. Läs Necessitats Educatives Especiales em La Escuela Ordinária. MEC. 1989.
- CCNREE. Alumes amb Necessitats Educatives Especials I Adaptacions Curriculars. Conselleria de Educació I Ciència Generalitat. 1993. p.11.
- _____. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais, Brasília. Brasília, CORDE, 1994.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E LINHA DE AÇÃO. Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais; acesso e Qualidade.
- EDLER, Rosita Carvalho. Integração e Inclusão: do que estamos falando in Salto para o Futuro: Educação Especial tendências atuais. 1997, p.35, salto para o Futuro: Educação Especial: tendências atuais. Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.
- GIMENO, Sacristán J.. Uma reflexão sobre a prática.

- JANNUZI, Gilberta. A luta pela educação do deficiente mental no Brasil. São Paulo: Cortez, 1985.
- http://novaescola.abril.com.br/ed/107_nov97/html/livros_atual.htm. visitado em 13 de junho de 2005. Constituição Federal do Brasil, 1988.
- LODI, Lúcia Helena. Ética e Cidadania: construindo valores na escola e na sociedade. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos: Ministério da Educação, SEIF, SEMTEC, SEED. 2003. 6 v, p. 8.
- MANTOAN, Maria Tereza Egler. Inclusão Escolar de deficientes mentais: que formação para professores? In Mantoan, Maria Tereza Egler. (org.) A Integração de pessoas com deficiências: contribuições para reflexão sobre o tema. São Paulo: Menom: SENAC, 1997.
- MAZZOTA, Marcos J. S.. Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas. Ed. Cortez, p. 65.
- _____. MEC, SEE, SEF, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Estratégias e Orientações para a Educação de Crianças com Necessidades Especiais. Brasília, 2001.
- _____. MEC, SER/SEESP, Ministério da educação, Secretaria de educação Fundamental, Secretaria de Educação Especial. Parâmetros Curriculares Nacionais – adaptações curriculares. Estratégias para a Educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília, 1999.
- _____. MEC, SEESP, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. 2ª edição, 2001.
- Ministério da Educação. Estratégias e Orientações Pedagógicas para a educação de Crianças com Necessidades Especiais: Introdução. Secretaria de Educação Especial. Brasília. 2002, p. 46.
- _____. Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos direitos Humanos, UNESCO, Universidade de São Paulo. Manual de direitos Humanos no Cotidiano. 2ª edição. 2001.
- PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (1997).
- MITTLER, Peter. Educação Inclusiva. Contextos sociais. Porto alegre. Artmed, 2002.

- POPPOVIC, Pedro Paulo. Apresentação in salto para o Futuro: Educação especial tendências atuais. 1997, p.12.
- RATTNER, Henrique. Política de Ciência e Tecnologia no limiar do século. In RATTNER. H. (org.) Brasil no limiar do Século XXI: Alternativas para a construção de uma sociedade sustentável. São Paulo: EDSUSP, 2000.
- ROSS, Paulo Ricardo. Educação Inclusiva: contribuições para a Prática de Professores e alunos. Artigos e Textos.
- _____. Saberes e Práticas da Inclusão: Dificuldade de Comunicação e Sinalização: Surdocegueira, Múltipla Deficiência Sensorial. 2ª edição. Brasília: MEC, SEESP, 2003, p. 73.
- SANTOS FILHO, Licurgo de Castro. História geral da medicina brasileira. São Paulo. Hucitec, 1997.
- SANTOS, Mônica Pereira dos. A Inclusão da Criança com Necessidades Especiais. Apostila. P. 02.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: constituindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- SILVA, Otto M. A epopéia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. São Paulo: Cedas, 1987.
- SINGER, Peter. Ética prática/Peter Singer: [tradução Jefferson Luís Camargo]. 2002. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.-Coleção Biblioteca universal
- WERNECK, Cláudia. Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva. Rio de Janeiro, WVA, 1997.
- VYGOTSKY, L. S; LEONTIEV, A. N.; LÚRIA, A. R. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone, 1991.
- VOIVODIC, Maria Antonieta M. A. Inclusão Escolar de Crianças com síndrome de Down. Petrópolis, RJ.Vozes, 2004.

ANEXOS















